



REGIONALIZANDO O MUNDO SOCIAL:

configurações, campos e interações face a face

Célia da Graça Arribas*

Resumo Tendo em mente a diversidade de enquadramentos sociológicos disponíveis na contemporaneidade, pretende-se, neste texto, destacar apenas três propostas analíticas consideradas bem-sucedidas: as de Norbert Elias, Pierre Bourdieu e Erving Goffman. A intenção, como não poderia ser de outro modo, não é a de esgotar as explicações ou saídas metodológicas pensadas por esses grandes nomes pertencentes a tradições sociológicas distintas – alemã, francesa e estadunidense, respectivamente. Interessa, antes, ressaltar o jogo de escalas e as diferentes maneiras por meio das quais cada autor buscou capturar os arranjos societários – configurações, campos sociais e interações face a face. Ao partir dos primórdios da sociologia, a ideia é percorrer as perspectivas sociológicas dos “pais fundadores”, sobretudo com relação à proposição de Max Weber, cujos escritos parecem uma súmula para a produção contemporânea.

Palavras-chave Sociologia contemporânea; Norbert Elias; Pierre Bourdieu; Erving Goffman.

REGIONALIZING THE SOCIAL WORLD: CONFIGURATIONS, FIELDS AND FACE-TO-FACE INTERACTIONS

Abstract *Keeping in mind the diversity of sociological frameworks in the contemporary age, this text aims to highlight exclusively three successful analytical purposes, that is, those proposed by Norbert Elias, Pierre Bourdieu and Erving Goffman. As it could not be different, the goal of this paper is not to exhaust the explanations or the methodological outputs envisioned by these scholars, who belong to distinct sociological traditions: German, French and American, respectively. Indeed, the goal is to emphasize the different levels and ways by which each author sought to capture the sociological arrangements – configurations, social fields and face to face*

Recebido para publicação em 9/04/2011.

Aceito para publicação em 19/06/2012.

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da FFLCH/USP.

interactions. Starting from the early days of sociology, the idea is to take a glimpse of the “founding fathers” sociological perspectives, especially regarding the Max Weber proposition, whose writings seem a precedent for contemporary production.

Keywords *Contemporary Sociology; Norbert Elias; Pierre Bourdieu; Erving Goffman.*

INTRODUÇÃO

O mundo social e suas tramas sempre ensejaram interpretações sociológicas de diversos matizes. A intenção de explicar as amarrações sociais já rendeu à sociologia inúmeras perguntas que continuam pautando os estudos até hoje. Em meio ao mercado de métodos de análise e correntes teóricas, tornou-se constante a busca por resoluções capazes de sintetizar e de precisar o olhar analítico. Afinal, qual, dentre várias, seria a melhor maneira de apreender o mundo social, de entender sua movimentação, sua dinâmica e seu funcionamento? Como enfocar esse universo de agitações? Que recortes e ênfases priorizar na análise da dinâmica societária? Quais os fatores determinantes da ação social? Enfim, como regionalizar a realidade social, com o fim de compreendê-la? Eis algumas inquirições cujas respostas e especificidades construíram, de forma paulatina, as maneiras e grandezas de investigação sociológica, desde os clássicos Marx, Durkheim e Weber até autores mais contemporâneos.

Tendo em mente a diversidade de enquadramentos sociológicos disponíveis, pretende-se, neste texto, destacar apenas três propostas analíticas consideradas bem-sucedidas, quais sejam: as de Norbert Elias, Pierre Bourdieu e Erving Goffman. A intenção, como não poderia ser de outro modo, não é a de esgotar as explicações ou saídas metodológicas pensadas por esses grandes nomes pertencentes a tradições sociológicas distintas – alemã, francesa e estadunidense, respectivamente. Interessa, antes, ressaltar o jogo de escalas e as diferentes formas de capturar os arranjos societários de cada autor: desde as configurações, passando pelos campos sociais, até chegar às interações face a face. Ao partir dos primórdios da sociologia, a ideia é a de sobrevoar as perspectivas sociológicas dos “pais fundadores”, sobretudo com relação à proposição de Max Weber, cujos escritos parecem ser uma súpula para a produção desses três sociólogos tidos como contemporâneos.

UM SOBREVÃO PELA SOCIOLOGIA

Surgida no fim do século XIX, a reboque da secularização, a sociologia, logo de início, investiu, paradoxalmente, na análise do fenômeno religioso. À medida

que o universo da tradição era posto abaixo, e sua morte parecia iminente, na contracorrente do senso comum dos entusiastas da modernidade – persuadidos do fim da religião –, os primeiros sociólogos não consagraram seu fim absoluto. Embora convencidos de seu enfraquecimento, eles constatavam a permanência do *religioso* na sociedade moderna, perspectiva que iria decidir definitivamente sua concepção de sociabilidade. E é dessa forma, isto é, a contrapelo, que a sociologia vem atuando: onde se exaltava a liberdade, os sociólogos mostravam a permanência das aparências, da predeterminação social e da alienação; onde se proclamava a igualdade, pontuavam a existência de classes e a persistência da hierarquia; onde se celebrava a fraternidade, descortinavam o conflito pelo poder (TRIGANO, 2001, p. 7-15). E, figurando como sucedânea da explicação religiosa de mundo, a sociologia da religião nascia com a inglória tarefa de dar conta do fenômeno da transcendência, dentro de um quadro explicativo que repousasse sobre o princípio da imanência de todo o fenômeno social – “considerar os fatos sociais como coisas”, como propunha Émile Durkheim (1999, p. 15).

Assim, segundo as distintas perspectivas das análises clássicas, Durkheim se interessou pelas representações simbólicas coletivas, que se referiam diretamente às estruturas da sociedade. Karl Marx, por outro lado, enxergava-as sob o signo da “ideologia”, atendo-se, sobretudo, às questões de dominação e desigualdade, um tanto negligenciadas por Durkheim. As ideologias religiosas não passavam de produtos da economia e do funcionamento da sociedade, regida pela luta de classes, segundo Marx. Max Weber, por sua vez, na contramão de Marx, acentuou a primazia dos sistemas (simbólicos) sobre os comportamentos sociais e, contrariamente a Durkheim, deu relevo às vias de institucionalização das crenças e à constituição da autoridade. Os sistemas de crença se entrelaçavam com o comportamento social e com o *ethos*, originando-se de um complexo jogo de forças e de poder em cada esfera autônoma de valor.

O alcance de todos esses achados, no entanto, transcende a análise do fenômeno religioso, a despeito da importância que tiveram para o desenvolvimento dos respectivos argumentos. O modo como cada autor buscou recortar o mundo social, de um lado, e a ênfase nas determinações da ação social, por outro, conduziram a um plano múltiplo de referências para os que vieram depois.

Dos legados dos “clássicos”, a sociologia da religião de Max Weber talvez tenha sido a que mais deixou marcas nos trabalhos dos três sociólogos em questão neste artigo. Como é sabido, em seu famoso estudo sobre a “ética protestante e o espírito do capitalismo”, Weber buscou demonstrar a existência da afinidade entre a noção protestante de “vocação” – que toma forma na atividade metódica e racional – e o

princípio capitalista de maximização do lucro. Ele apresentou a ideia de que essa conduta religiosamente orientada poderia ser encarada como uma das causas do desenvolvimento da ação racional na esfera econômica. Por isso, a correlação traçada entre o protestantismo e o capitalismo foi interpretada por muitos como uma tentativa de refutação do materialismo histórico de Marx, na medida em que Weber invertia a ordem causal, demonstrando que fatores “espirituais” poderiam proceder aos “materiais” na análise histórico-social. Pensar dessa maneira, contudo, é equivocar-se totalmente, uma vez que tal posição não faz jus à complexidade do construto weberiano – nem à apreensão de Marx. Com efeito, Weber tinha em vista refutar a ideia de que a vida social fosse unicamente determinada pela esfera econômica. Ao partir desse postulado, ele acabou desenvolvendo uma concepção que desempenhou papel de destaque em seu esquema analítico; ao segmentar o mundo social em esferas autônomas de valor, Weber mostra que os microcosmos econômico, jurídico, artístico, religioso, etc. articulam-se, ao longo do tempo, por meio de uma lógica inerente ou, nas palavras de Weber, conforme sua “legalidade própria”.

Dessa forma – e aqui está um dos pontos mais importantes para a sociologia contemporânea –, não se poderia explicar o desenvolvimento de uma esfera em termos do desenvolvimento de qualquer outra, ainda que haja relações entre elas. Irrrompe, a partir daí, uma importante e duradoura influência que atinge a sociologia atual: ressaltar as afinidades e tensões entre as esferas de valor ou entre os diferentes domínios sociais relativamente autônomos, no intento de compreender o modo como a orientação da conduta de vida (ou seja, da ação cotidiana de agentes individuais) se estabelece em cada esfera/domínio. Por essa via, poder-se-ia encontrar (ou não) certa congruência entre os sentidos que os homens imprimem à ação nos microcosmos em que se inserem. Por essa razão, segundo a visada weberiana, cada domínio só se torna inteligível do ponto de vista de seus agentes, sobretudo de seus especialistas. E é nesse sentido que a esfera religiosa é modelar, porque é por meio dela que se pode ver com mais nitidez a dinâmica central que fica a cargo dos protagonistas da religião (profetas, sacerdotes, magos e leigos), movendo-se de acordo com registros e regras específicas.

Um dos caminhos dessa proposição foi desembocar em uma construção explicativa adequada e pertinente entre as atividades material e simbólica, a ponto de sublinhar, em seus domínios polares – a esfera econômica e a esfera religiosa –, a existência de conexões causais conformadoras de um sistema de crenças próprio à economia e um sistema econômico próprio à religião. Até então, a esfera econômica aparentava se movimentar sem suportes simbólicos provenientes de lógicas alheias a ela, como se fosse a mais autônoma e imperativa das esferas. Weber

modificaria o cenário sentenciando que as práticas dos agentes correspondem a representações tanto de interesses materiais quanto ideais:

Não as idéias, mas sim os interesses, materiais e ideais, que dominam diretamente a ação dos homens. As “imagens do mundo” criadas pelas “idéias” determinaram, com grande freqüência, feito manobristas de linha de trem, os trilhos em que a ação é empurrada pela dinâmica dos interesses (WEBER, 1992, p. 247, em livre tradução).

E assim, no afã de compreender o sentido da ação dos agentes sociais, o esquema analítico weberiano conferiu à atividade de simbolização um estatuto sociológico, façanha herdada e aprimorada no devir das pesquisas sobre o mundo social.

No limite, o legado de Weber impossibilita pensar a vida social por meio de concepções congeladas ou substancializadas. Definir, *a priori*, o que é religião ou o que é economia, por exemplo, tornaria a análise sociológica algo empobrecida; perder-se-ia muito na hora de explicar – porque se ignoram – as concatenações entre as esferas de valor, suas restrições e, sobretudo, sua dinâmica própria proveniente do sentido da ação dos homens que a compõem. As análises histórico-sociais estariam, portanto, sujeitas a uma série de conexões, uma vez que as diferentes sociedades e seus diversos tempos apresentam registros, noções, concepções e sistemas de crenças específicos. Weber regionaliza destarte o mundo social segundo sua grandeza de análise – as *esferas de valor* –, sem deixar de lado as ações individuais e seus sentidos. Sua armação teórico-metodológica embasou os aspectos que circundam as propostas analíticas de Elias, Bourdieu e Goffman, sendo que cada qual fez render à sua maneira os bens que lhes foram deixados. A produção atual circunscrita a esses três sociólogos exhibe a perene ambição de ultrapassar os “clássicos”, desenvolvendo visadas inusitadas, motivadas por problemas não resolvidos ou sequer postos pelos “pais fundadores”; ineditismo este que não abandona nem renega os caminhos já trilhados pelos antecessores.

AS CONFIGURAÇÕES DE ELIAS

Nascido no final do século XIX, mais precisamente em 1897, em Breslau, na Alemanha, Norbert Elias é considerado hoje um dos maiores autores de obras de sociologia histórica. Sua tese sobre a sociedade de corte (ELIAS, 1996), redigida em 1933 (mas jamais defendida), bem como sua primeira obra sobre o processo

civilizador no Ocidente (ELIAS, 1993; 1994), apareceu na Alemanha em 1939, mas só conheceu uma larga difusão a partir de 1969, após sua reedição. Ao ser traduzido para o francês, na década de 1970, diferentemente do que se poderia esperar, não foram os sociólogos que deram maior atenção a Elias. Foi sobretudo esse último livro seu que recebeu calorosa acolhida por boa parte dos historiadores franceses, muito provavelmente porque coincidia com algumas das concepções da Nova História (ou também denominada Escola dos Annales). Isso se deve ao fato de que uma de suas preocupações fundamentais visava justamente a reconciliar duas perspectivas que se mostravam opostas: a histórica e a sociológica.

Elias se recusava à ideia de contrapor as noções de indivíduo e sociedade, como se fossem entidades autônomas e independentes. Pelo contrário, para ele, o processo de individualização sempre esteve historicamente ligado a um processo de socialização. Os indivíduos *interdependentes* – e é esse o conceito-chave para entender Elias – formam a sociedade, que, por sua vez, não é exterior a eles: a sociedade não consiste simplesmente em um conglomerado de unidades individuais, como o é para o individualismo metodológico; tampouco se trata de um conjunto apartado das ações individuais, segundo faz crer uma visão holística. A noção de interdependência reside no coração da sociologia eliasiana, e é ele quem melhor explica sua forma de encarar a questão:

Assim como em um jogo de xadrez, cada ação de um indivíduo, relativamente independente, representa um movimento no tabuleiro de xadrez social e desencadeia a resposta de outro indivíduo (na realidade, no mais das vezes, de muitos outros indivíduos), limitando a independência do primeiro jogador e provando a sua dependência (ELIAS, 1996, p. 195, em livre tradução).

Norbert Elias dispõe de criativa análise da vida social, ao privilegiar o estudo das emoções dos indivíduos, sem, no entanto, deixar de correlacioná-las aos macroprocessos histórico-sociais mais abrangentes. Diferentemente dos clássicos, ao incorporar a dimensão simbólica dos afetos e dos sentimentos, Elias confere estatuto sociológico não somente às injunções “objetivas”, segundo a perspectiva que seria cara a Durkheim. Ele busca mostrar que os agentes, formados a partir de sistemas simbólicos expressivos, desenvolvem formas de ser e de estar no mundo, não como se fossem meros executores de estilos de vida determinados de antemão pela classe ou pela estrutura econômica, segundo a visão de Marx. Dentro das restrições sociais específicas, os indivíduos, apesar ou por causa delas, dispõem de um leque de opções e de maneiras de agir, ou, nas palavras dele, movem-se

dentro de “um campo de decisões” (ELIAS, 1996, p. 188); quer dizer, eles têm a capacidade ou a possibilidade de manejar um cabedal de saberes, linguagens, gírias, informações, conhecimentos, tradições, enfim, um estoque partilhado de referências e de valores que fazem as antigas noções de prescrição ou de liberdade irrestrita perderem vigência.

Elias, a partir desse novo quadro analítico, atém-se à dinâmica das relações que conferem contorno à trama social. Ao partir do pressuposto de que é preciso observar o que é dado, ele vai mostrar, em *A sociedade de corte*, por exemplo, que a aristocracia é constituída de indivíduos interdependentes, modelados por um conjunto de códigos de conduta “civilizados”. O desafio perseguido é o de integrar os dados na recomposição do todo, de modo a assegurar aos integrantes de determinada formação social – o que ele chama de *configuração* – seu caráter específico. O rei, a despeito do óbvio poder de que é investido, não escapa, na análise eliasiana, das teias do jogo social e das determinações correspondentes àquela sociedade que a todos constringe.

Ao contrário do que pode supor uma visada mais apressada, de acordo com sua reconstituição do arranjo societário cortês, Elias mostra que é justamente o rei o sujeito mais atado a esse tipo de armação social – diagnóstico que dificulta apontar, de antemão, quem são os dominantes e os dominados em cada configuração. Para ele, o que existem são possibilidades de ascensão e de queda, conforme a capacidade mais ou menos habilidosa de manejar os símbolos valorizados. A distinção social e a identidade simbólica dos grupos na corte emergem, então, na proporção da capitalização e do manuseio da etiqueta e dos códigos de conduta. A arte de observar o semelhante e de manipular o autocontrole dos afetos e das emoções é exigência para o “sucesso” naquela sociedade. Não bastava auferir ganhos econômicos; o domínio simbólico se consolidava como principal riqueza.

Esse sistema de interdependência que a todos enreda ressurgem em outra obra de Elias, *Os alemães*. Ao partir das experiências dos diferentes grupos da sociedade alemã, Elias modifica constantemente seu foco analítico, com o propósito de mostrar quais são e como se correlacionam os rebatimentos das forças sócio-históricas nas vivências individuais. Por meio da análise da função social do duelo como centro da vida cultural do país do final do século XIX e princípios do XX, Elias reconstrói o conjunto de valores partilhados pelos envolvidos nessa prática – valores que acabaram por oferecer, mais tarde, os elementos para a estruturação das ideias de superioridade social, pertencimento, honra e diferenciação, tão caras ao nacional-socialismo. Já em *O processo civilizador*, o autor se apoia não mais em uma prática social, mas sim em duas coordenadas-chave, ou, se preferir, em

duas concepções sintéticas, quais sejam: a noção de “cultura” e a noção de “civilização”, com o intento de caracterizar os grupos intelectuais na Alemanha e na França, respectivamente. Em ambos os volumes que compõem a obra, Elias logra expressar como, a partir de um conjunto de valores, as práticas sociais forjaram identidades peculiares que, em determinado momento, foram alçadas à categoria de identidade nacional. Por trás desses achados, o sociólogo ainda torna evidente a maneira como se desenrolou gradualmente um processo de pacificação e de domesticação das condutas, dos comportamentos e dos sentimentos, processo de longa duração no Ocidente, envolvendo e comprimindo os indivíduos em cada configuração atravessada.

O jeito peculiar com que Elias enquadra o mundo social mostra que este último nada mais é do que uma rede de relações de indivíduos entrelaçados e interdependentes, movendo-se de acordo com certo sistema de crença vigente. Ao examinar ora as biografias, ora a história da nação, ora a dos grupos constituintes da sociedade, Elias reconstrói os sentidos das lutas de modo mediado, desvendando as ligações entre domínios aparentemente esparsos e desconexos da vida social – economia, cultura, política, etc. De forma bastante econômica, as práticas da “etiqueta” e do “duelo” ou noções como as de “civilização” e “cultura” fazem as vezes de um fio condutor em torno do qual o sociólogo vai reconstituindo paulatinamente a totalidade dos domínios sociais. Essas formas aglutinadas e compactas de compreender as dinâmicas e as ações sociais, em suas mais diversas instâncias de atuação, envolvem, portanto, pelo menos três dimensões de análise: (i) os jogos de escalas entre os diferentes domínios e vozes; (ii) as lutas horizontais e verticais entre os diversos grupos; e (iii) o impacto disso tudo no âmbito psicoafetivo do indivíduo. Sua medida de grandeza – a *configuração* – permite reconstruir a morfologia dos domínios, por meio da rede de constrangimentos cruzados, expressiva da dinâmica da vida em sociedade. Mesclam-se, dessa maneira, as estruturas de personalidade (entendidas como as estruturas psicológicas dos indivíduos) com as estruturas sociais; essa forma de recortar e de capturar os arranjos societários prima pela apreensão do movimento social e rejeita, por conseguinte, a sedimentação da experiência em conceitos substancializados – concepção já cultivada por Weber.

A sociedade é percebida em seu movimento, em processo, em um constante jogo no qual os registros simbólicos servem de material para decifrá-la. E decifrar significa compor as motivações por meio das quais a sociedade emerge com seus indivíduos entrelaçados em suas complexidades. Isso equivale a dizer, por fim, que a história individual está contida na história do grupo e que, em contrapartida, a história do grupo é redutível às histórias individuais.

OS CAMPOS DE BOURDIEU

No final de sua vida, Pierre Bourdieu se tornou, por sua obra e por seu engajamento público, uma das principais referências da vida intelectual francesa. Seu pensamento exerceu e ainda exerce considerável influência nas ciências humanas e sociais, particularmente sobre a sociologia pós-guerra, embora tenha recebido inúmeras críticas denunciando sua visão supostamente determinista – crítica que, aliás, não faz jus ao seu pensamento. Preocupado em captar a inteligibilidade das experiências vividas pelos agentes, sem, no entanto, dispensar a efetividade das ações da estrutura social sobre eles, Bourdieu dialogou tanto com as contribuições dos clássicos Durkheim, Marx e Weber quanto com autores posteriores – como, por exemplo, com a escola estruturalista¹. Sua intenção foi a de elaborar uma investigação mais abrangente e precisa da realidade social que respondesse a uma das inquietações sociológicas bem conhecidas: como se dá a internalização da estrutura social pelo agente e sua conseqüente externalização por meio da ação individual?

[...] é preciso situar-se no lugar geométrico das diferentes perspectivas [de Marx, Weber e Durkheim]. Vale dizer, é preciso situar-se no ponto de onde se torna possível perceber, ao mesmo tempo, o que pode e o que não pode ser percebido a partir de cada um dos pontos de vista (BOURDIEU, 2001b, p. 28).

Preocupado com as distintas formas de dominação simbólica que se manifestam nos diversos âmbitos constituintes do mundo social, Bourdieu se dedicou à análise das relações de poder, associado, em sua obra, à capacidade de controle das variações das condutas e dos limites *do e em* jogo no mundo social. Sua insistência em assinalar os mecanismos de reprodução da dominação levou-o a desenvolver ferramentas heurísticas capazes de tornar conhecidos os fundamentos e a eficácia do poder simbólico. As noções de campo, *habitus* e capital atuam, desse modo, como conceitos críticos que estimulam uma sociologia da desnaturalização e do desvendamento das relações de poder e de dominação.

Bourdieu se inspirou bastante na sociologia de Max Weber, mais precisamente em sua sociologia da religião, dominada pela referência às lutas e disputas por legitimidade e poder (BOURDIEU, 2001b, p. 27-78; p. 79-98). Mediante a revisão

¹ Para mais informações a esse respeito, ver a introdução de Sérgio Miceli ao livro *A economia das trocas simbólicas*, de Pierre Bourdieu (2001b, p. I-LXI).

crítica da relação entre os agentes religiosos proposta pelo sociólogo alemão (profetas, sacerdotes e feiticeiros), Bourdieu cria a noção de *campo*, um construto que ajuda a identificar a *estrutura das relações objetivas*, com o intento de explicar de forma concreta as interações que Weber descrevia em formato de tipologia. A cada domínio social, não redutível a outros domínios, corresponde um *campo* que, como ferramenta heurística, permite compreender as tomadas de posição dos agentes nele envolvidos. Detentores de certa autonomia inscrita em suas regras de funcionamento, os campos – como as esferas – são ao mesmo tempo estrangidos externamente por meio de relações com outros domínios sociais, principalmente pelos interesses políticos e econômicos, os quais, no mais das vezes, acabam por reequacioná-los.

Longe de apagar o vigor e a fluidez das relações sociais que compõem a dinâmica de cada campo, Bourdieu buscou iluminar o sentido da vivência social dos agentes e, ao fazê-lo, demonstrou que os indivíduos se movimentam dentro de espaços sociais circunscritos, os quais lhes oferecem um leque próprio de saberes, linguagens, informações e conhecimentos. Dispostas ao longo de suas trajetórias, suas ações, pautadas por esse leque de opções, vão engendrando um modo particular de sentir, de pensar e de agir, isto é, um senso prático, que na terminologia de Bourdieu recebeu o nome de *habitus*. E foi justamente essa sua noção de *habitus* que lhe permitiu pensar a ligação entre socialização e ação individual. Mais do que um simples condicionamento que conduz à reprodução mecânica do que foi aprendido ao longo de uma vida, o *habitus* não é propriamente um hábito ou um costume que o indivíduo leva a cabo maquinalmente; é um conjunto de disposições que mais se parece com a gramática de uma língua que os indivíduos adquirem ou aprendem por meio da socialização e, a partir dessa gramática, conseguem criar um número razoável de sentenças para lidar com as mais diversas situações. Eles não saem por aí repetindo interminavelmente as mesmas frases, feito papagaios. Assim também as tomadas de posição dos indivíduos não são sempre as mesmas, o que não impede de perceber, em contrapartida, que elas seguem certos padrões de percepção e de ação. Com efeito, o *habitus* mais parece um gerador que origina o senso prático, possibilitando ao agente produzir um conjunto de práticas adaptadas ao jogo social a que pertence.

Os condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existência produzem *habitus*, sistemas de *disposições* duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes (BOURDIEU, 1980, p. 88, em livre tradução).

O *habitus* é estrutura estruturada, porque é produto da socialização, mas é igualmente estrutura estruturante porque gera uma infinidade de práticas novas. Por isso,

uma das funções principais da noção de *habitus* consiste em descartar dois erros complementares [...]: de um lado, o mecanismo segundo o qual a ação constitui o efeito mecânico da coerção de causas externas; de outro, o finalismo segundo o qual, sobretudo por conta da teoria da ação racional, o agente atua de maneira livre, consciente [...] (BOURDIEU, 2001a, p. 196).

Para melhor entender os vínculos entre o processo de socialização e as ações individuais, Bourdieu voltou sua atenção à compreensão dos sistemas de crenças e de valores, isto é, à ilusão coletiva que embebe as relações sociais, dando o tônus do funcionamento dos mais diversos campos sociais. Como se pode ver em *As regras da arte*, por exemplo, os campos – neste caso, o campo artístico francês – são compostos por grupos de agentes inter-relacionados, que se movimentam segundo coordenadas inerentes à própria dinâmica do campo, o que não significa dizer que não haja disputas entre eles. Pelo contrário, a corrida pelo poder e pela dominação em cada campo é justamente um de seus fatores estruturantes, e ela vai depender da maior ou menor capacidade de movimentação naquele microcosmo e da habilidade no manuseio de estratégias – habilidade proveniente do *habitus* dos indivíduos – que consigam impor uma visão de mundo como legítima sobre as demais.

Nessa situação de competição, organizam-se de forma relacional as posições entre os que detêm e os que carecem do poder específico ao campo: os que ocupam posições dominantes, a ortodoxia, e os que pretendem dominar, a heterodoxia. Essa luta expressa o caráter hierarquizado e a busca incessante por legitimidade em cada domínio social, cuja dimensão simbólica não deixa de se referir, em última análise, a fatores de ordem econômica. Ao privilegiar as relações simbólicas contidas nos domínios sociais, Bourdieu acaba por enfatizar os processos de criação de signos de distinção, processos esses que são, no limite, a consagração do arbitrário.

Ao reinterpretar, em uma perspectiva relacional, a análise de Max Weber, que aplicava à religião termos retirados da economia, como monopólio religioso, concorrência, oferta, procura, etc., Bourdieu os eleva a propriedades gerais, válidas nos diferentes campos. A construção desse raciocínio o levou a investigar outras relações de permuta linguística provenientes de armações teóricas afins, como capital, investimento, ganho, mercado, bens e demais conceitos que ele adaptou

à sua unidade de análise – os *campos*. Contrário a todas as espécies de reducionismo, a começar pelo economicismo, que nada mais conhece além do interesse material e da maximização do lucro monetário, Bourdieu elabora a teoria geral da economia dos campos, que permite descrever e definir a conformação de que se revestem, em cada campo, os mecanismos e conceitos mais gerais. Por isso a tentativa de explicitar e explicar o jogo de linguagem que no campo se joga, os móveis materiais e simbólicos que nele se geram, enfim, de subtrair do arbitrário e do não motivado os atos dos agentes relacionalmente envolvidos. Ainda que o campo em si não passe de uma unidade de análise que visa a facilitar a compreensão da “realidade”, o mundo social, quando assim regionalizado, apresenta-se de forma bastante inteligível, mantendo seu caráter dinâmico, versátil e vivaz.

AS INTERAÇÕES FACE A FACE DE GOFFMAN

Nascido no Canadá em 1922, Erving Goffman iniciou seus estudos de sociologia na Universidade de Toronto (1944) e finalizou-os na Universidade de Chicago, nos Estados Unidos. Tornou-se um dos principais herdeiros da denominada Escola de Chicago, conhecida por se afastar dos métodos ditos quantitativos e privilegiar a observação participante. Embora se recusasse a ser considerado um “interacionista”², marcaram sua obra tanto a etnometodologia quanto a perspectiva analítica cultivada pelo interacionismo simbólico. Não à toa, vê-se em *Asylums*, por exemplo, o legado dessa influência. O livro, conjunto de quatro ensaios, publicado em 1961, sob o seguinte título original *Asylums: essays on the condition of the social situation of mental patients and other inmates*, funda-se sobre a observação direta das relações interpessoais transcorridas dentro de uma instituição psiquiátrica. Goffman descreveu seu método de coleta de dados de “estudo etnográfico”, e sua intenção foi a de detalhar a noção de *instituição total* – um lugar de residência e de trabalho que reúne certo número de indivíduos confinados que atuam de acordo com suas necessidades pessoais.

Como parte da conclusão de seu trabalho, Goffman apontou a existência de duas forças opostas interagindo nesse local. De um lado, esse tipo de estabeleci-

2 O Interacionismo Simbólico é uma corrente de pensamento nascida nos Estados Unidos a partir da conformação de diferentes disciplinas: a sociologia, a antropologia, a etnologia e a psicologia social. Herdeira da Escola de Chicago, ele se desenvolve por meio de várias tendências, dentre as quais a sociologia fenomenológica de Alfred Schütz, a etnometodologia de Harold Garfinkel, a análise conversacional de Harvey Sacks e a sociologia cognitiva de Aaron Cicourel. Erving Goffman, Howard Becker e Anselm Strauss são outros autores considerados interacionistas. Para mais detalhes, consultar Giddens e Turner (1999, p. 127-174).

mento teria uma função englobante, quer dizer, ele orientaria os internos no sentido de encenarem papéis bem definidos, determinados pela própria instituição, por meio das técnicas de despersonalização, de alienação e de mortificação – as quais acabariam por estruturar as percepções e os comportamentos desses internos de maneira uniforme. Esse processo Goffman chamou de adaptação primária. Por outro lado, os atores – isto é, os pacientes – teriam uma capacidade de se distanciar do papel originário atribuído pela instituição, momento denominado pelo sociólogo de adaptação secundária.

Aqui se está diante de uma função desintegrante que consiste nos diversos atos de ataques contra a instituição; esse atos são ao mesmo tempo estratégias de adaptação por meio das quais os internos tentam recuperar, de alguma forma, sua autonomia. O interesse de Goffman não consistia especificamente na existência objetiva da doença que qualifica o “doente mental” (aliás, ele colocou em questão essa existência), mas sim na progressão da doença mental no sentido sociológico, isto é, enquanto um rótulo que vai pautando gradualmente os papéis sociais. Que o paciente seja doente ou não pouco importa. A questão para Goffman era compreender como e por quem o “doente” é considerado como tal. Resposta: por aqueles que a ele se dirigem e pela posição que ocupa na instituição, portanto, *na e pela* interação.

A dificuldade de associá-lo formalmente ao interacionismo simbólico decorre do fato de que sua obra não se reduz a uma análise propriamente interacionista. A interação social servia para Goffman mais como um guia, e foi dessa forma que ele a utilizou ao desfiar de modo peculiar o mundo social. Buscou, antes de mais nada, captar o que parece e o que aparece nas interações interpessoais, como se estivesse fazendo uma “sociologia das aparências”. Seu impulso primordial foi o de captar a dinâmica societal por meio de elementos que só existiriam nesse contato face a face.

Mas quais elementos seriam esses? Eles apareceriam somente nas interações? Como analisar suas singularidades? Foram essas algumas das inquirições que condicionaram o interesse de Goffman e que tornaram sua análise particularmente interessante e inusitada, na medida em que o autor buscava sempre ajustar seu olhar àquilo que é demasiadamente fugaz, efêmero ou passageiro – isto é, as *interações*.

Em sua tese defendida em 1953, depois de seu trabalho de campo realizado em uma das ilhas de Shetland, entre 1949 e 1951, Goffman deixou claro que seu objetivo era entender como se produziam as interações interpessoais, dado que elas não passavam, para ele, de um tipo de ordem social, como o são também a

economia, a política, a arte, a religião, etc.³ Pretendia, assim, recuperar a dinâmica da sociedade por meio da análise das tensões e de ruídos próprios tão somente à internalidade dos contatos face a face. Sua preocupação não era tanto construir pontes explicativas que dessem conta da correlação entre a ação individual e a posição social, ainda que o fizesse; Goffman queria, antes, observar a performance dos agentes em cada encenação. O manejo de bens simbólicos e das emoções, a compostura e a deferência, a linguagem, mas também os subtextos, os atos não verbais, o silêncio, a gestualidade, enfim, toda uma *hexis* corporal carregada de significados e de expressividade viria à tona em uma nova ordem passível de análise sociológica – a *interação face a face*. Daí o nível de envolvimento dos atores, isto é, a voltagem, por assim dizer, da inter-relação constituir a porta de entrada para o sociólogo: quanto mais envolvidos estiverem os atores tanto mais aberta estará a porta para a compreensão sociológica. Nela ver-se-iam os marcadores sociais se redefinindo e se repondo de maneira particular, sobretudo por meio dos efeitos psicobiológicos aí produzidos, como, por exemplo, o enrubescer da face, o tremer das mãos, a transpiração, a seqidão da boca, o tartamudear – elementos que imprimem no corpo o aprendizado social. A atuação e a cognição decorrentes da interação – considerada um movimento sitiado por inúmeras negociações – estariam, nesse sentido, vinculadas às regras, às normas e às expectativas mutuamente compartilhadas. O corpo, esse espaço microssocial, transforma-se, dessa forma, em um lugar de condensação de atributos macrossociais.

Utilizando como recursos metafórico-analíticos ora a linguagem teatral (*Asylums: essays on the condition of the social situation of mental patients and other inmates*), ora a cinematográfica (*Frame analysis: an essay on the organization of experience*), ora a ritualística (*Interaction ritual: essays on face-to-face behavior*), Goffman concatenou evidências e elementos atuantes nas diversas cenas, demonstrando que por detrás dos atos mais passageiros e repentinos se encontra em funcionamento todo um mundo social. Embora, conforme dito, ele não tenha se apegado aos atributos propriamente externos que mobiliam os cenários onde se desenrolam as interações, vários níveis de orientação sociológica são recuperados, já que não negou, em momento nenhum, as restrições externas passíveis de

3 Alguns meses antes de sua morte, em 1982, enquanto preparava seu discurso como presidente eleito da American Sociological Association (ASA), sua grande preocupação ainda era conseguir fazer com que seus colegas da ASA aceitassem como analiticamente pertinente a interação face a face como uma ordem social. O texto que iria ser pronunciado naquela ocasião se encontra publicado na *American Sociological Review*, com o nome de *The Interaction Order* (v. 48, n. 1, p. 1-17, fevereiro 1983), ou em francês, no livro *Les moments et leurs hommes*, sob o título *Lordre de l'interaction* (1988, p. 186-230).

orientar a ação. Longe de se constituírem epifenômenos, as interações são consideradas instrumentos privilegiados de acesso às normas tácitas, aos valores e aos sistemas de crenças de determinado arranjo societal, sobretudo se estiverem sob o foco analítico os deslizos, as gafes e as rachaduras capazes de expor de forma mais evidente as entranhas recônditas da sociedade. Enganam-se, porém, os que veem nessa forma de recuperação da dinâmica social o resgate do psicologismo. Goffman vai além da simples e, muitas vezes, inócua separação entre o individual e o coletivo, revelando que a ordem social se esparrama por toda a parte. Importava para Goffman ver e descrever o desempenho dos atores, porque, no limite, se trata do desempenho de um papel coletivo. O ator não possui nada substancialmente dele que não seja igualmente social.

O inusitado dessa visada fica a cargo da recuperação das aparências e das impressões que um indivíduo tem de si e do outro no ato mesmo de conhecimento mútuo, o que não deixa de ser também um ato de reconhecimento das normas sociais vigentes. As propriedades de classe, de renda, sexo, etc. se encontram de soslaio na caracterização da ordem social da interação, com a ressalva de que a intenção de Goffman era captar de que maneira esses fatores são repostos, transfigurados, retrabalhados em uma ordem fugidia e passageira. A inteligibilidade da interação – como outrora das esferas e dos campos – não se reduz aos aspectos econômico, político ou simbólico, embora todos se concatenem nela. Um domínio social não se explica em termos de outro, tampouco se pode ignorar as relações existentes entre os diversos domínios, diriam em coro Weber, Elias, Bourdieu e Goffman.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora guardem suas especificidades, as diferentes formas de regionalizar o mundo social – as configurações de Elias, os campos de Bourdieu e as interações face a face de Goffman – compartilham elementos comuns a partir dos quais se pode chegar a pelo menos três ganhos para a análise sociológica. Primeiramente, ao rejeitarem uma explicação essencializada do mundo social, que engessa e ignora os desejos e atitudes supostamente irrelevantes dos agentes, essas proposições enfatizam a face latejante da dinâmica societária: sentimentos, emoções, paixões dos homens reais, levando em conta o movimento, a fluidez e a versatilidade das vivências. Mesmo o aparentemente banal e irrelevante ou mesmo a ação mais fugaz fazem as vezes de subsídios para a apreensão do mundo social.

Os autores em questão só lograram realizar seus feitos – eis o segundo ponto – porque investiram, cada qual à sua maneira, em um jogo de escalas e perspectivas cambiantes, ora analisando as biografias, ora a história dos grupos, ora o sentido das ações, das emoções e dos gestos, ora os sistemas de valores e os marcadores sociais, resultando em um vaivém constante entre registros macro e microsociológicos. Recuperaram a trama vívida da sociabilidade, envolvendo de forma concatenada as diversas instâncias sociais por meio de enfoques panorâmicos gerais, de médio alcance ou por meio de *zooms*.

Por último, mas não menos importante – e aqui parece residir a contribuição essencial dos autores em questão –, desde uma visada mais estrutural até uma infinitesimal, cada autor contribuiu para mostrar que, apesar das diferentes grandezas de regionalização do mundo social, “sociedade” e “indivíduo” aparecem em Elias, Bourdieu e Goffman não como objetos que existem separadamente; são, antes, apresentados como aspectos decompostos da mesma realidade. Como explicar que uma sociedade, para além de um simples agregado de indivíduos, é a constituição de um conjunto organizado, de um todo que ultrapassa a justaposição sucessiva dos destinos individuais? A origem da individualização não passa, para eles, do produto dessa mesma sociedade que delimita, desde o nascimento dos indivíduos, as formas possíveis de identidade própria. A originalidade desse pensamento consiste em refutar toda a posição que tende a separar e, sobretudo, a opor indivíduo e sociedade. É, portanto, a partir dessa constatação primeira que se organiza toda a argumentação. A noção de indivíduo social pressupõe a de sociedade, pois não há indivíduo senão em relação a uma comunidade organizada anteriormente a ele.

As identidades individuais não são constituídas por meio da resistência ao grupo, escapando, assim, de qualquer sorte de agitação penosa do entorno social. Elas são o resultado de um controle e de uma medição de disposições comportamentais exercidos pela rede de relações interindividuais (ou intergrupais) que compõe a sociedade. Desde as formas de se portar, de se vestir, de pensar e de agir, até as sensações, os sentimentos, as pulsões, os modos de ação instintivos e os efeitos psicobiológicos são gerados a partir de registros oferecidos por um conjunto maior de coordenadas identitárias. As marcas sociais aparecem inclusive no corpo, esse lugar privilegiado para as manifestações dos valores e sistemas de crenças.

Isso, contudo, não significa um olhar determinista. Desde a infância e/ou desde o primeiro contato com algum tipo de instituição (escola, hospitais psiquiátricos, etc.) ou com algum tipo de atividade social (artística, literária, política, etc.), o aprendizado no seio dos grupos onde acontecem as relações interpessoais

se desenrola aos poucos e de acordo com “leis” ou regras (a polidez, o respeito, a interdição, etc.). Contudo, os indivíduos, agentes ou atores não estão condenados a agir ou encenar de forma engessada e previsível, tampouco dispõem de liberdade irrestrita. É precisamente por meio de uma mediação controlada por toda a organização social que reside, entre a ideia do ato e sua realização, tanto um leque circunscrito de opções de agir quanto a liberdade de escolher essa ou aquela forma de ação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, Pierre. *Le sens pratique*. Paris: Éditions de Minuit, 1980.
- _____. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001a.
- _____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2001b.
- DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do Estado e civilização*. v. II. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.
- _____. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. v. I. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- _____. *La sociedad cortesana*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1996.
- _____. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.
- GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Org.). *Teoria social hoje*. São Paulo: UNESP, 1999.
- GOFFMAN, Erving. *Interaction ritual: essays on face-to-face behavior*. New York: Pantheon Books, 1982.
- _____. The interaction order. *The American Sociological Review*, v. 48, n. 1, p. 1-17, 1983
- _____. *Frameanalysis: an essay on the organization of experience*. Boston: Northeastern University Press, 1986.
- _____. *Les moments et leurs homes*. Paris: Éditions du Seuil et Éditions de Minuit, 1988.
- _____. *Asylums: essays on the condition of the social situation of mental patients and other inmates*. New York: Anchor Books, 1990.
- TRIGANO, Shmuel. *Qu'est-ce que la religion?* Mesnil-sur-l'Estrée: Flammarion, 2001.
- WEBER, Max. *Ensayos sobre sociología de la religión*. Tomo I. Madri: Taurus Humanidades, 1992.
- _____. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

